

MARCOS PAULO
DUTRA SANTOS



COMENTÁRIOS AO
**PACOTE
ANTICRIME**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: 26.08.2020

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2020 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1.384

São Paulo – SP – 01203-904

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: OFÁ Design

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

D976c

Santos, Marcos Paulo Dutra

Comentários ao pacote anticrime / Marcos Paulo Dutra Santos – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

656 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia

Sumário, introdução

ISBN 978-85-309-9175-3

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. 3. Brasil. [Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019]. I. Título.

20-65937

CDU: 343.1

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| DO INÍCIO DE VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.964/19 E EFICÁCIA INTERTEMPORAL – ART. 20 DA LEI Nº 13.964/19 | 8 |
| DO JUIZ DAS GARANTIAS | 10 |
| 3.1. Definição, nomenclatura, projeção no direito comparado, fundamento e extensão da competência do juiz das garantias, contraposta à do juiz de julgamento – comentários ao art. 3º-C, <i>caput</i> e §§ 1º e 2º, do CPP | 10 |
| 3.2. Constitucionalidade e aplicação intertemporal do juiz das garantias, confrontada com a natureza da competência e os critérios definidores, inclusive nos feitos da competência originária dos tribunais – comen- tários aos arts. 3º-D e 3º-E do CPP | 28 |
| 3.3. Competências do juiz das garantias – comentários aos arts. 3º-B e 3º-F do CPP | 50 |
| 3.4. O juiz das garantias e o valor probatório do inquérito – comentários ao art. 3º-C, §§ 3º e 4º, do CPP | 85 |
| 3.5. Art. 3º-A x arts. 212, parágrafo único, e 385 do CPP | 93 |
| 3.6. Juiz das garantias e tribunal do júri | 97 |
| 3.7. Juiz das garantias e juizado da violência doméstica e familiar contra a mulher | 101 |
| 3.8. Juiz das garantias e Justiça Eleitoral | 102 |
| 3.9. Juiz das garantias e Justiça Militar da União e auditorias militares esta- duais | 104 |
| 3.10. Juiz das garantias e Juizado Especial Criminal | 105 |
| 3.11. Juiz das garantias e pronunciamento do juízo <i>ad quem</i> incidental à investigação | 105 |

| | |
|---|------------|
| 4. DAS VARAS COLEGIADAS, NOS MOLDES DO ART. 1º-A DA LEI Nº 12.694/12 – COMENTÁRIOS AO ART. 13 DA LEI Nº 13.964/19 | 106 |
| 4.1. Conceito de organização criminosa para fins de incidência da Lei nº 12.694/12 | 106 |
| 4.2. Da (in)constitucionalidade do art. 1º da Lei nº 12.694/12 | 108 |
| 4.3. Da constitucionalidade do art. 1º-A da Lei nº 12.694/12 | 111 |
| 4.4. Competência e funcionamento da vara colegiada | 114 |
| 5. INVESTIGAÇÃO EM FACE DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA | 123 |
| 6. ARQUIVAMENTO E DESARQUIVAMENTO DA INVESTIGAÇÃO PENAL | 126 |
| 6.1. Natureza jurídica e qualidade do pronunciamento judicial – Súmula 524 do STF | 126 |
| 6.2. Novo procedimento do arquivamento, (in)subsistência do arquivamento implícito, (im)possibilidade de outro membro do Ministério Público recusar-se a denunciar, quando da reforma da decisão de arquivamento, fundamentos da liminar concedida na ADI nº 6.305 e críticas à sua concessão | 135 |
| 6.3. Arquivamento e crimes de ação penal de iniciativa privada | 145 |
| 6.4. Modalidades especiais de arquivamento | 145 |
| 6.5. A administração pública enquanto ator da relação processual penal .. | 148 |
| 6.6. Desarquivamento | 149 |
| 6.7. (In)subsistência do aditamento provocado | 149 |
| 7. ACORDO DE NÃO “PERSECUÇÃO” PENAL | 150 |
| 7.1. Transação penal e ANPP – identidade de razões e natureza do acordo, eficácia intertemporal e aplicabilidade incidental ao processo, independentemente da fase | 151 |
| 7.2. Acordo de não persecução penal e transação penal – outros diálogos | 160 |
| 7.2.1. Relação com os princípios da ação penal pública | 160 |
| 7.2.2. Aceitação e interesse impugnativo da defesa técnica | 163 |
| 7.2.3. Controle jurisdicional sobre a iniciativa e o conteúdo do acordo e a via impugnativa adequada – considerações sobre o art. 581, XXV, do CPP | 166 |
| 7.2.4. Acordo de não persecução penal e crimes de ação penal de iniciativa privada | 176 |
| 7.2.5. Acordo de não persecução penal e detração | 178 |
| 7.3. Acordo de não persecução penal e requisitos | 179 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 7.4. | Acordo de não persecução penal e conteúdo | 194 |
| 7.5. | Acordo de não persecução penal e instrumentalização | 196 |
| 7.6. | Acordo de não persecução penal e execução/descumprimento | 200 |
| 7.7. | Acordo de não persecução penal e imputações da competência originária dos tribunais | 204 |
| 7.8. | Acordo de não persecução cível | 205 |
| 8. | MEDIDAS CAUTELARES CONSTRITIVAS DA LIBERDADE | 208 |
| 8.1. | Da natureza jurídica das constrições libertárias provisórias e seus desdobramentos – (in)constitucionalidade das vedações em abstrato à liberdade provisória e da execução provisória da pena | 208 |
| 8.2. | Da não atuação oficiosa do juiz no Código de Processo Penal e na legislação extravagante – Lei Maria da Penha e Código de Trânsito Brasileiro | 224 |
| 8.3. | Do procedimento cautelar – legitimidade e contraditório prévio | 232 |
| 8.4. | Dos requisitos das medidas cautelares constritivas da liberdade | 237 |
| 8.5. | Da audiência de custódia e (eventual) conversão do flagrante em preventiva | 239 |
| 8.6. | Da revisão obrigatória dos pronunciamentos de prisão preventiva | 247 |
| 9. | PROVAS | 249 |
| 9.1. | Cadeia de custódia | 249 |
| 9.2. | Do impedimento do juiz em razão do contato com prova ilícita | 260 |
| 9.3. | Do agente disfarçado | 266 |
| 9.4. | Da infiltração policial virtual | 272 |
| 9.5. | Da captação ambiental | 299 |
| 9.6. | Da colaboração (delação) premiada | 322 |
| 9.7. | Do <i>whistleblower</i> ou “informante do bem” | 354 |
| 10. | PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL E DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM MATÉRIA PENAL E PRAZOS | 358 |
| 11. | AÇÃO PENAL NO CRIME DE ESTELIONATO E SEUS REFLEXOS | 361 |
| 11.1. | Alcance | 361 |
| 11.2. | Eficácia intertemporal | 368 |
| 11.3. | Da analogia <i>in bonam partem</i> do art. 171, § 5º, do Código Penal com o delito de furto simples | 376 |
| 12. | CAUSAS IMPEDITIVAS DA PRESCRIÇÃO | 379 |
| 13. | EFEITOS PATRIMONIAIS DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA E CONSTRIÇÕES CAUTELARES PATRIMONIAIS | 387 |

| | |
|---|------------|
| 14. EXECUÇÃO PENAL | 400 |
| 14.1. Progressão de regime e livramento condicional, inclusive quanto aos crimes de natureza hedionda | 402 |
| 14.2. Pacote “Anticrime” e crimes hediondos/Estatuto do Desarmamento | 414 |
| 14.3. Questões residuais sobre a progressão de regime e o livramento condicional | 426 |
| 14.4. Da saída temporária | 433 |
| 14.5. (In)constitucionalidade da identificação do perfil genético na LEP e na Lei nº 12.037/09 presentes as garantias a não autoincriminação, à intimidade e à inviolabilidade corporal | 443 |
| 14.5.1. Art. 9º-A da LEP: outras impropriedades inconstitucionais e considerações | 462 |
| 14.5.2. Impactos da Lei nº 13.964/19 sobre a Lei nº 12.037/19: outras impropriedades inconstitucionais e considerações | 485 |
| 14.6. Do regime disciplinar diferenciado | 492 |
| 14.7. Da execução da pena nos presídios federais de segurança máxima | 531 |
| 14.8. Das inovações pertinentes à execução da pena na Lei nº 12.850/13 | 550 |
| 14.9. Do tempo máximo de cumprimento das penas privativas de liberdade | 554 |
| 14.10. Da execução da pena de multa | 563 |
| 15. IMPACTOS DA LEI Nº 13.964/19 NA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL E NA LEGÍTIMA DEFESA | 578 |
| 15.1. Do crime de roubo | 578 |
| 15.2. Da concussão | 594 |
| 15.3. Da legítima defesa | 594 |
| 16. LAVAGEM DE CAPITAIS – OBSERVAÇÕES FINAIS | 595 |
| 17. ESTATUTO DO DESARMAMENTO – CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES | 596 |
| 18. FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS RECURSOS | 601 |
| 19. PROCESSO DECISÓRIO | 602 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 607 |